



INFORMATIVO

O TUIUTI

*ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

470 anos do 2º Governo Geral do Brasil com Duarte da Costa - 460 anos do Armistício de Iperoigüe - 400 anos do início da penetração de Bento Parente, Pedro Teixeira e Luis Aranha pelo rio Amazonas e fundação dos fortes de Desterro e Gurupá - 380 anos da criação do Conselho Ultramarino em Portugal - 320 anos do Tratado de Methuen - 270 anos do início da construção do Forte Jesus Maria José de Rio Pardo - 260 anos da elevação do Brasil a Vice-Reino - 220 anos do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva - 200 anos das vitórias nas guerras de independência (BA, MA, PI, PA e Cisplatina) - 180 anos do início das operações de Caxias contra a Revolução Farroupilha - 170 anos do rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra em função da Questão Christie - 120 anos da ocupação do Acre pelo Brasil - 100 anos da Revolução de 1923 no RS - 80 anos da criação da FEB - 50 anos do Acordo de Itaipu com o Paraguai

ANO 2023

Setembro

Nº 435

O IDEALIZADOR DO ESPADIM DE CAXIAS

Claúdio Moreira Bento, Cel Eng EM Vet

Em 19 de novembro de 1931, assumiu o comando da Escola Militar do Realengo o Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Oficial de escol, com alentada e brilhante folha de serviços prestados ao Exército e ao Brasil das quais destacamos: instrutor militar, em 1916, da Escola de Direito do Largo São Francisco em São Paulo. E na França (1917-18), estagiário da Escola Militar de Saint-Cyr e combatente voluntário no 4º Regimento de Dragões da Cavalaria francesa, onde foi promovido a capitão por ato de bravura em ações de combate na França e Bélgica. Ele foi o introdutor dos blindados no Brasil, quando organizou e foi o primeiro comandante da Companhia de Carros de Assalto. Idealizou e ajudou a construir a Academia Militar das Agulhas Negras, o maior sonho e realização de sua proveitosa existência. Academia que anualmente, em cerimônia especial, evoca sua memória e grande obra defronte de seu busto. O Coronel José Pessoa assumiu o comando da Escola após a vitoriosa Revolução de 30. Nela teve atuação destacada à frente do 3º RI da Praia Vermelha, em apoio à Junta Militar. No comando da Escola Militar, promoveu as mais profundas reformas de sua longa história (1810-1978). Imprimiu a seguinte filosofia na seleção dos novos cadetes:

"A Escola não se destina a corrigir defeitos e vícios e, sim, a aprimorar qualidade e virtudes modeladas nos lares de onde provêm os futuros cadetes".

Por decreto de sua inspiração, os alunos da Escola passaram a ocupar o posto privativo de cadete, no sentido de companheiro mais novo dos oficiais e não mais no sentido anterior de 1757 até a República, quando o posto foi extinto por possuir foros de nobreza. A seguir, criou o Corpo de Cadetes como tropa de elite e o Estandarte Escolar, em campo azul turquesa, entregue à Escola Militar do Realengo em cerimônia especial pelo Presidente da República Dr. Getúlio Dorneles Vargas. Posteriormente, criou o uniforme de gala, desde então usado pelos cadetes.

A ORIGEM DO ESPADIM DE CAXIAS

Criados os uniformes históricos, julgou o Coronel José Pessoa que eles deveriam ser complementados por uma arma privativa do posto de cadete. Arma que caracterizasse a alta responsabilidade do jovem cadete como chefe do Exército Brasileiro do futuro. Idealizou então que esta arma seria uma miniatura fiel da espada usada pelo Duque de Caxias em campanha, "a espada que foi o pilar do Império, a espada de Caxias, que é a espada do Brasil".

Desde então ficou decidido que o cadete seria o único integrante do Exército a ter a honra e o privilégio de cingir à cinta a espada de Caxias, "como a síntese e a expressão mais viva e sublime das virtudes militares do soldado brasileiro".

Tudo decidido, o Coronel José Pessoa encontrou um grande obstáculo em localizar a espada de campanha de Caxias, conforme suas próprias palavras:

"Porfiadas demarches foram então realizadas para concretizar a feliz ideia. Ignorávamos até então o paradeiro daquela relíquia histórica. Para isso recorreu-se em indagações a todos os lugares onde são destinados os troféus, para ser encontrada. Afinal, com a preciosa colaboração do Dr. Max Fleiuss, fomos encontra-la, entre outras armas gloriosas, nas coleções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E, ainda, com o auxílio do Dr. Max Fleiuss, secretário perpétuo daquela nobre e benemérita Instituição, conseguimos a licença necessária para ser copiada a arma que é a nossa mais preciosa relíquia militar. Assim para ali foi mandado um hábil desenhista que copiou, em rigorosa escala, todos os detalhes daquele rico troféu, magnificamente artesanato em aço e bronze".

A ESPADA DE CAMPANHA DE CAXIAS

A espada de Caxias que vem sendo parte do cerimonial de entrega dos espadins aos cadetes é confundida, às vezes, com a de campanha, da qual os espadins foram copiados. Após pesquisa em diversos instrumentos de trabalho, localizamos artigo do então General José Pessoa sob o título — "Histórico do Espadim de Caxias", publicado em 1939 na Revista da Escola Militar. Ficamos sabendo que há 46 anos a espada de campanha do Patrono do Exército encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A relíquia encontra-se em posição de destaque na sala do Museu que a abriga. Na ocasião foi recordado que o Patrono do Exército, após sua ação pacificadora, fora eleito Membro Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 23 de março de 1847, com 44 anos e no posto de Marechal-de-Campo.

LOCAL CONDIGNO PARA A RELÍQUIA

Segundo o professor Pedro Calmon, com a decisiva colaboração do Presidente Emílio Garrastazu Médici, ex-comandante da AMAN em grave e decisivo momento da vida nacional, em março de 1964, o Instituto pôde construir sede condigna com seus patrióticos fins. E, assim, expor, em sala adequada à visita de seus compatriotas, a espada de Caxias, fato até então impossível pela pobreza, falta de segurança e precariedade das antigas instalações. A espada acha-se bem conservada e próxima de outra relíquia, o binóculo usado por Caxias em campanha. Por

nosso intermédio, o professor Pedro Calmon, velho e fiel amigo da AMAN, onde no passado ministrou aulas inaugurais, franqueou o museu à visita dos cadetes que cingem em suas cinturas a miniatura da espada de campanha de Caxias — a espada do Brasil. O escrínio que abriga a espada de Caxias, segundo o General Jonas Correia, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, foi oferta da Escola Militar de Realengo, em 1939, por inspiração de seu comandante — Coronel Álvaro Fiúza de Castro.

CAXIAS DOA SUA INVENCÍVEL ESPADA A SEU CHEFE DE ESTADO-MAIOR

O professor Pedro Calmon confirmou que a espada de Caxias que integra o acervo da instituição que preside é a que o Patrono do Exército usou em campanha como oficial-general. A que usou até coronel, inclusive na pacificação do Maranhão, integra o acervo do Museu do Exército, ora 1980, funcionando no prédio de onde o Marechal Deodoro da Fonseca saiu na manhã de 15 de novembro de 1889 para o Campo de Santana (atual Praça Duque de Caxias) para proclamar a República. A espada de Caxias existente no gabinete do Comandante da AMAN, ricamente trabalhada em ouro, foi ofertada ao Duque em reconhecimento aos relevantes serviços prestados, como soldado, à preservação da Unidade, Soberania e Integridade brasileiras. Caxias doou sua espada de campanha, em testamento, ao Brigadeiro João de Souza da Fonseca Costa, que fora, como 1º tenente, seu ajudante de ordens na Guerra contra Oribe e Rosas e, como coronel, seu Chefe de Estado-Maior de campanha na Guerra da Tríplice Aliança, no período 1866-68. Sobre o valor militar de seu prestimoso auxiliar, Coronel Fonseca Costa, assim se expressou Caxias em Ordem do Dia de 14 de junho de 1869, antes de retornar ao Brasil:

"Prestou-me como chefe de meu Estado-Maior a mais dedicada cooperação em tudo quanto tem dependido de seu alto emprego, não só na condução regular de todos os negócios de meu serviço público a seu cargo, como nas batalhas e combates a que tem assistido sempre a meu lado, recebendo e transmitindo as minhas ordens e expondo-se com sangue frio e abnegação aos riscos e perigos decorrentes".

E, do local onde se encontra, segundo o professor Pedro Calmon, somente sairá em condições excepcionais de alto sentido cívico e com cerimonial condizente com a grandeza do simbolismo que ela traduz, ouvida em cada caso toda a Casa que preside.

PRIMEIRA CERIMÔNIA DE ENTREGA DE ESPADINS: 1932

Copiada a espada de Caxias, o Projeto Espadim foi submetido à aprovação do Ministro da Guerra, General José Fernandes Leite de Castro (1930-32), oficial que, como o Coronel José Pessoa, era veterano da Primeira Guerra Mundial. Havia combatido, como tenente-coronel, no 120º Regimento de Artilharia Pesada do 20º Corpo do Exército Francês, de 2 de setembro de 1918 até o Armistício. Os ensinamentos que colheu os transferiu ao Exército Brasileiro em artigo — "Ensinamentos técnicos e táticos de Artilharia da Grande Guerra". Desejaram o General Leite de Castro e o Coronel José Pessoa que "Caxias, o Duque da Vitória, pairasse no seio dos cadetes do Brasil de igual forma que Napoleão no seio dos cadetes de Saint-Cyr na França." O Ministro Leite de Castro aprovou e concedeu crédito correspondente para a confecção dos espadins. Foram remetidos os desenhos e recursos para o Coronel José Duarte Pinto — Chefe da Missão Militar Brasileira na Europa. O Coronel Pinto "com desvelo e entusiasmo cumpriu a missão", encomendando a confecção à firma alemã Solingen. Em outubro de 1932 os Espadins chegaram ao Brasil.

Em 6 de dezembro foram incluídos na carga da Escola Militar do Realengo. Mais tarde, foram organizadas as "Instruções para recebimento e uso do Espadim de Caxias". Em 15 e 16 de dezembro de 1932, teve lugar a primeira cerimônia de Entrega dos Espadins aos cadetes. Cerimônia desdobrada em duas fases. Dia 15 de dezembro no âmbito da Escola, com solenidade de entrega dos espadins a todos os cadetes que pela primeira vez proferiram estas palavras do cerimonial, inalteradas de lá para cá:

"Recebo o Sabre de Caxias como o próprio símbolo da Honra Militar".

No dia 16 de dezembro, em solenidade pública na Praça Duque de Caxias, atual Largo do Machado, defronte do monumento do Patrono do Exército, teve lugar o Juramento do Espadim pelos cadetes, em presença do Dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório do Brasil, ministros, generais, adidos militares e representações de oficiais de todas as unidades da guarnição do Rio de Janeiro. Segundo o General José Pessoa,

"a cerimônia teve início com as bandas tocando o antigo toque de alvorada, o mesmo que, nos campos do Paraguai, despertava os nossos gloriosos regimentos. Toque que terminou com o de "Apresentar armas".

Quando profundo era o silêncio da grande assistência, ouviu-se a voz de um oficial, lendo com vibração as palavras sacramento do juramento, no que era acompanhado pelos cadetes, que tinham os olhos fixos no semblante quase austero de seu Patrono e pareciam iluminados pela famosa estrela que guiou sempre aquele guerreiro de vitória em vitória, e que certamente há de guiar as novas gerações, através dos caminhos ásperos da vida. Neste instante ecoou o troar dos canhões e o rufar surdo dos tambores, anunciando a criação de uma nova arma, representativa das virtudes dos nossos antigos combatentes. E prosseguiu o Coronel José Pessoa:

"Assim terminaram as solenidades da primeira Entrega e Juramento do Espadim de Caxias, fato de tanta significação para a Escola Militar e para a História do Corpo de Cadetes que, certamente, entre outros, não poderá jamais esquecer tal acontecimento. Não temos dúvidas de que as novas gerações, educadas sob o signo de Caxias, estão fadadas a mudar os hábitos e a construir o destino de grandeza do Exército, formando uma mentalidade homogênea de chefes que, a exemplo de seus antepassados, não permitirão o esquecimento das nossas nobres tradições militares".

SIMBOLISMO DO ESPADIM DE CAXIAS

O Coronel José Pessoa mandou gravar na lâmina dos espadins as palavras Duque de Caxias e o Brasão de Armas da Escola Militar "no qual brilha refulgente o sol de Itororó", o maior momento do Patrono do Exército e de sua espada em campanha:

"Conjunto simbólico representando um talismã, guia dos cadetes para uma vida de grandes sucessos, de amor ao Exército e de fidelidade à Pátria Brasileira."

Pelas instruções baixadas pelo Coronel José Pessoa,

"os Espadins dos cadetes, constituindo um conjunto de elevado teor moral, deveriam ficar ligados às vidas de seus detentores através dos tempos, por uma ficha histórica com o número de cada uma dessas armas, que deveria levar a assinatura de cada um de seus detentores. E, finalmente, uma honrosa homenagem: sempre que um ex-detentor do Espadim de Caxias, distinguir-se em sua vida pública, por um gesto de sacrifício ou serviço excepcional, de real valor para o Exército ou para o Brasil, ou em benefício da Humanidade,

seu Espadim, com o respectivo número, deve ser retirado de circulação e recolhido ao Museu Escolar, com a ficha respectiva, nela inscrito, em letras vermelhas, o motivo que determinou sua retirada de circulação".

Foram distinguidos com a retirada de circulação de seus Espadins, por gestos de sacrifício de real valor, os seguintes ex-detentores:

- Espadim nº 496, que pertenceu ao Aspirante Humberto Pinheiro de Vasconcellos. Motivo: ao ministrar uma instrução do 3º BC (Vitória, ES), o Aspirante Vasconcellos teve despedaçada sua mão por uma granada, ao mantê-la na mão, com o braço para fora da janela, para que não viesse a explodir na sala onde ministrava instrução, ou a atingir algum companheiro no pátio do quartel.
- Espadim nº 289, que pertenceu ao 1º Tenente de Artilharia Alípio Napoleão de Andrada Serpa. Motivo: ato de bravura praticado durante o torpedeamento, nas costas do Nordeste, do navio "Itagiba" que transportava sua Unidade para Olinda-PE. O Tenente Alípio morreu na ocasião. A turma de 1943 egressa da Escola Militar do Realengo foi batizada com seu nome. É irmão dos Generais de Exército Andrada Serpa, ex-combatentes da FEB como capitães de Artilharia.
- Espadim nº 1002, que pertenceu ao Aspirante Francisco Mega. Motivo: morte em combate na Itália, integrando o 1º RI — Regimento Sampaio. Foi o primeiro oficial formado pela Academia Militar das Agulhas Negras a tombar em combate. Em sua memória foi erigido monumento de frente da Academia, onde, anualmente, os novos cadetes da Arma de Infantaria prestam o solene Juramento do Infante. Leva seu nome a turma egressa da Academia em fevereiro de 1955, a qual tenho a honra de integrar. Seu espadim, retirado de circulação, está sob a guarda do Curso de Infantaria da AMAN.
- Espadim nº 103, que pertenceu ao Gen Bda Sinval Senra Martins, cadete em 1945, aspirante em 1947 e general em 1977. Motivo: foi o primeiro cadete que cursou integralmente a AMAN a galgar o posto de oficial-general. Seu espadim está sob a guarda do Curso de Intendência, que integrou como cadete e instrutor.

A AMAN tem conferido simbolicamente o Espadim de Caxias a personalidades a ela ligadas ou a suas congêneres estrangeiras, sem que o número do Espadim respectivo saia de circulação. O número do Espadim de Caxias usado por cada ex-detentor consta em suas alterações. E já é prática os cadetes pleitearem e conseguirem cingir os espadins que foram usados por seus avós, pais e irmãos.

O VALOR DA HISTÓRIA E DA TRADIÇÃO

Em 1939, o General José Pessoa escrevia na Revista da Escola Militar:

"O Espadim de Caxias do Corpo de Cadetes, ainda quase sem história pela sua apoucada existência, nem por isso devemos olvidar-lhe fatos que hoje sabidos, mais tarde será difícil reconstituí-los".

Por ocasião da cerimônia de abertura, em 17 de julho de 1978 na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do I Colóquio Internacional da Segunda Guerra Mundial, a espada de Caxias foi exposta em local de destaque no recinto da cerimônia. Junto a ela estava um espadim usado pelos cadetes, ofertado àquela casa pelo Gen Ex Antônio Jorge Correia, quando Ministro Chefe do EM-FA e em sua qualidade de antigo Subcomandante da AMAN. A cerimônia foi presidida pelo Vice-Presidente da República, General Adalberto Pereira dos Santos. Contou mais com a presença de três ex-Comandantes da AMAN, Generais Alfredo Souto Malan, Carlos de Meira Mattos e José

Fragomeni, além de grande número de ex-combatentes da FEB e historiadores civis e militares brasileiros.

Primeira Cerimônia de Juramento do Espadim de Caxias, defronte do Monumento de Duque de Caxias. Oração do Cel José Pessoa na 1ª entrega de espadins:

"Cadetes! "Defrontando a estátua do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, aquele que em vida, foi o maior dos generais sul-americanos, acabais de prestar o compromisso do recebimento do vosso espadim — arma-distintiva que reproduz o sabre glorioso do invicto soldado, que com atos de sublimada grandeza esmaltou com refulgência, as páginas gloriosas da História nacional, marcando-as. Retratos imperecíveis e assinalando o seu nome como o do cidadão que melhor serviu a Pátria e mais a estreme. Vosso patrono e vosso guia, não podéis faltar a render-lhe as vossas homenagens quando cingis primeira vez, o sabre glorioso de sua destra mão. Mostrou sempre aos nossos soldados intemeratos o caminho 'Ante o bronze majestoso que a gratidão do povo erigiu em testemunho de reconhecimento a serviços que crescem de valor com o correr dos anos, vindes cumprindo dever que ufana e dignifica, pagar o tributo de vossa admiração ao legendário soldado que, de cadete como vós, culminou a hierarquia militar e nas dignidades honoríficas, integrado na sua profissão, por ela sempre enfeitado e, passo a passo, ascendeu na sua carreira, pelo seu valor, pela sua coragem e pelo seu acendrado patriotismo'! A espada que foi esteio de um regime, que em rudes prélios cimentou a unidade nacional e, em terras estranhas, acutilou bravamente os inimigos do Brasil, tendes hoje a honra e a rara fortuna de a cingirdes à cinta, outorgado ao Corpo de Cadetes o encargo de guardar aquele sabre glorioso que reflete, no brilho espelhante do seu aço, a constância no dever e que nunca a ferrugem da deslealdade, de leve, sequer maculou, em meio século de intenso batalhar em prol da ordem e do prestígio desta terra estremecida, a que ele serviu com inexcedível dedicação e bem alto a elevou no conceito das nações! Na homenagem que aqui prestais, — vossos espadins em continência, não reverenciais somente o vulto homérico do general nunca vencido, que enriqueceu de imarcescíveis louros o Exército Brasileiro e iluminou de fulgências gloriosas uma época da vida nacional! Saudais, também, esse passado venerando de glórias e de virtudes, que é o orgulho do nosso povo, escrínio precioso de lições de nobre civismo e onde o nome imortal do legendário Duque de Caxias esplende, aureolado, em meio a uma coorte de gigantes, batalhadores devotados de um Brasil forte e generoso, que se alça na plana maior das primeiras nações do mundo, admirado pelo seu progresso e pela sua cultura. E, particularmente, para vós cadetes, que sois as ridentes esperanças do Exército do Brasil — as armas que abateis, apontadas para o solo sagrado da Pátria, rendendo preito sincero de admiração ao grande soldado que foi o símbolo augusto das nossas virtudes militares, juram pela vossa eterna fidelidade aos ditames da honra e do dever, e pela rigorosa observância aos exemplos que nos legou o primeiro dos generais de nossa Pátria, cuja vida será o vosso modelo e cujo nome venerado será o clarim vibrante a acender os vossos entusiasmos nas lutas sem tréguas pelo bem e pela grandeza do Brasil!"

FONTES

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti, Gen. Histórico do Espadim de Caxias. Revista da Escola Militar, Rio — Realengo, 1939.

ARARIPE, Tristão Alencar de, Cel. O Estado-Maior de Caxias. Nação Armada, 17 Abr 1941.

BENTO, Cláudio Moreira, Ten Cel. Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro. Brasília, EME, 1978.

CALMON, Pedro. Espadas do Brasil. Nação Armada, pp. 21-26. 7.

CORREIA NETO, Jonas, cad. Glória te seja Espadim de Caxias. Revista da Escola Militar de Resende. 1944.

PEDREIRA, José. Resende em Revista. Volta Redonda, 1975.

PESSOA, Antônio João, cad. Marechal José Pessoa o idealizador da AMAN. Jornal Agulhas Negras, Resende, Ed. Acadêmica, 1977.

@@

PODER MODERADOR **(por Maynard Marques de Santa Rosa, General)**

A interpretação da História, feita pelo renomado jurista Raymundo Faoro, em sua obra *Os Donos do Poder*, traz uma contribuição inestimável à compreensão do cenário presente. Sobre o conturbado período regencial, diz ele, na pág. 347, que o Exército, ressentido com a assistência negligente prestada pelo grupo dominante nas jornadas do Prata, apoiou o movimento que levou à abdicação de Pedro I, em 7 de abril de 1831.

Seu líder, o brigadeiro Francisco Lima e Silva, assumiu como parte da Regência Trina Provisória e lá permaneceu durante três anos, até o golpe do Ato Adicional de 1834, urdido pelo Partido Liberal, que substituiu a Regência Trina Permanente por Feijó, como regente uno, e extinguiu o Conselho de Estado, para invalidar o Poder Moderador.

A realidade do poder desmascarou a utopia dos liberais, que passaram a governar com a mesma empáfia dos conservadores.

O pavor da influência militar fez Feijó excluir o Exército das decisões políticas e desarmá-lo, além de criar a guarda nacional, como “nação em armas”, para substituí-lo na Defesa interna.

A profissão militar, de acordo com os preconceitos liberais do tempo, servia à destruição, à barbárie institucionalizada, equiparado o oficial ao parasita” (pág. 536).

O efeito disruptivo da imprevidência liberal pipocou, logo depois, nas revoltas que ameaçaram desintegrar o país: a Cabanada (1832), a Farroupilha (1835), a Cabanagem (1835), a Sabinada (1837) e a Balaiada (1838). A impotência da Guarda Nacional, que jamais passou de milícia a serviço das elites dominantes, obrigou o governo a recorrer ao Exército, para restabelecer a ordem.

O clima convulsionado enfraqueceu os liberais. Feijó renunciou em 1837, sendo substituído por Araújo Lima, do Partido Conservador. Em 12 de maio de 1840, foi aprovada a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834, restaurando o Conselho de Estado e com ele o Poder Moderador. Os liberais tentaram reagir, com o chamado “Golpe da Maioridade”, no dia 23 de julho de 1840, que declarou a maioria de D. Pedro II, antes que completasse 14 anos de idade, mas o Imperador assumiu o Poder Moderador e passou a exercê-lo plenamente durante 49 anos.

No início da Guerra do Paraguai, o gabinete liberal concordou em subordinar as forças brasileiras ao presidente argentino Bartolomé Mitre. Porém, após o desastre de Curupaiti, em 22 de setembro de 1866, os generais brasileiros recusaram-se a prosseguir sob o comando de um estrangeiro. O governo teve de aceitar as condições impostas pelo Marquês de Caxias, e o Imperador o nomeou comandante-em-chefe das Forças Armadas brasileiras em operações.

O desgaste pela longa duração da guerra afetou o apoio ao Exército. A Guarda Nacional não atendeu à meta dos efetivos, forçando o recrutamento de escravos como voluntários da Pátria. Caxias enfrentou críticas na Corte. Em fevereiro de 1868, ele pediu demissão, que foi recusada: “*Com este ministro, eu não volto*”. O Imperador apoiou o general e substituiu o gabinete de Zacarias de Góis pelo do Visconde de Itaboraí, e o partido conservador permaneceu no poder até 1875.

“A década de 1880 encontra o Exército coeso, animicamente estruturado em valores tradicionais, mitificados em Caxias. A guerra vertera sobre a corporação uma auréola de prestígio, revertendo a decepção da campanha cisplatina” (pág. 542).

O ideal republicano, acalentado na Convenção de Itu (1873), fora concretizado pela espada positivista sem o concurso do povo. Proclamada a República, em 1889, apagou-se o simbolismo do Imperador, mas não o arquétipo Moderador:

“O odiado Poder Moderador encarnar-se-á, sem quebra da continuidade, em Deodoro e Floriano” (pág. 607).

A reação civilista ao ato de 15 de novembro de 1889 replicou os efeitos do 7 de abril de 1831. Iniciada com Prudente de Moraes, consolidou-se com Campos Sales sob a forma federalista e culminou na “política dos governadores”, como contraponto ao centralismo militar.

O espírito de corpo afloraria durante a campanha civilista (1910), que terminou com a eleição do marechal Hermes da Fonseca. Passado o ciclo Hermes, ressurgiu o preconceito antimilitar. Epitácio Pessoa, encarnando o espírito das oligarquias, afirmou:

“O Exército não é a nação, nem é tutor da nação”.

Mas nem mesmo a eficiência do ministro Calógeras foi capaz de aplacar a vontade dos “tenentes”. Na madrugada de 5 de julho de 1922, já eleito Artur Bernardes, os disparos do Forte de Copacabana antecipavam o fim da República Velha.

Na nova ordem implantada pela Revolução de 1930,

“O Exército não se deixou seduzir pelo fascismo – como aconteceu com os exércitos italiano e alemão – graças ao repúdio à teoria da obediência passiva” (pág. 778).

O protagonismo militar institucionalizou-se no Conselho de Segurança Nacional, pela Constituição de 1934, porém, sujeito à diretriz do general Góes Monteiro:

“Garantir e nunca tutelar o povo e as instituições”.

Durante a ditadura,

“O Exército guardou, coerentemente, a fidelidade ao modelo moderador, cobrindo o vácuo institucional que a sociedade, e não as leis, criou no sistema político” (pág. 779).

O retorno vitorioso da FEB, em 1945, ressuscitou o ideário sufocado pela repressão do Estado Novo. De nada serviu a desmobilização automática das unidades. No dia 29 de outubro de 1945, Getúlio foi deposto pelos mesmos chefes que lhe avalizaram o golpe de 1937.

A República Nova foi encabeçada pelo ex-ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra. O retorno de Vargas pelo voto, em 1950, potencializou velhas pressões, precipitando o desfecho de 1954 e abrindo o ciclo de turbulências que extinguiu a Constituição liberal de 1946.

A geração tenentista dos generais de 1964 legou os padrões disciplinares, anímicos e de eficiência hoje ostentados pela tropa brasileira no contexto das operações internacionais de Paz. A nova geração militar formou-se sob o signo da legalidade, superou o messianismo positivista e tornou-se pragmática.

Contudo, a maturidade conquistada pelas Forças Armadas em seu processo evolutivo não obteve contrapartida do estamento político. A Constituinte de 1988, ao ecoar a influência estrangeira, levou-as ao isolamento, por extinção das prerrogativas do Conselho de Segurança Nacional e introdução de preceitos adversos à cultura castrense.

O governo FHC implantou o ministério da Defesa sob a receita preconceituosa de Samuel Huntington:

“a chave do cofre e a caneta em mãos civis”.

Os governos petistas apegam-se, pura e simplesmente, ao seu projeto de poder, nutrindo forte prevenção contra o estamento militar. Sobre isso, Faoro conclui:

“Reduzir o Exército, depois de gerado do flanco da camada dominante, a um grupo profissional mal remunerado e destituído de missão política, não seria mais possível” (pág. 540).

O substrato de ***Os Donos do Poder*** é o papel do patrimonialismo atávico do estamento burocrático que, como parasita, impregna as instituições nacionais, bloqueando o progresso, para se perpetuar no poder.

A vigilância militar tem o poder de dissuadir os abusos políticos; sua ausência pode reeditar no presente um cenário semelhante ao do período regencial. A simples omissão já cria um vácuo de poder a ser ocupado, rapidamente, por oportunistas dos três Poderes da República.

Neste contexto, merece atenção o comentário do Barão de Guajará, ao relatar a tragédia da Cabanagem, que consumiu 30 mil vidas:

“Nada há mais perigoso para a ordem pública do que o espírito de partido inoculado na força militar” (Motins Políticos, II Tomo, pág. 209).

Nota do Editor: o autor se baseou inteiramente na obra FAORO, Raymundo. Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, 3ª edição, 10ª reimpressão, 913 páginas.

Trata-se de um dos clássicos da literatura de cunho sociopolítico e patrimonialista do Brasil.

Raymundo Faoro (Vacaria, RS, 1925 - Rio, 2003) era formado em Direito pela UFRGS, foi jurista, sociólogo, historiador, cientista político, escritor, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de 1977 a 1979 e membro da Academia Brasileira de Letras (Cadeira nº 6).

Publicou também os seguintes livros:

- Assembleia Constituinte: A legitimidade resgatada; e
- Existe um pensamento político brasileiro?

#####

ORDEM FRAGMENTÁRIA Nº 001 À DIRETRIZ DO COMANDANTE DO EXÉRCITO 2023–2026

(Publicada no Boletim do Exército de 18 Ago 2023)
Diretriz Especial de Apoio à Gestão Institucional 2023/2024

1. INTENÇÃO DO COMANDANTE

Minha intenção é orientar, com oportunidade, por intermédio de articulação sinérgica, as ações a serem desenvolvidas pelo Exército, em diferentes níveis, para continuar o processo de fortalecimento da coesão interna, valorizando a Família Militar, a dimensão humana e o culto aos valores e às tradições, bem como realizar e comunicar, da melhor maneira possível, as diversas ações desenvolvidas em prol da sociedade em geral, além de acompanhar temas do interesse do Exército.

2. SITUAÇÃO

- O Exército Brasileiro (EB) é uma Instituição de Estado, apartidária, coesa, integrada à sociedade e em permanente estado de prontidão.
- A consolidação do sentimento de pertencimento é fundamental para uma Força Terrestre (F Ter) voltada essencialmente para suas atividades profissionais.
- Existe um desconhecimento, por parte da sociedade, das ações desenvolvidas pela F Ter em todo o Brasil e que trazem benefícios para nossa população.
- Há a necessidade de maior inserção e integração do tema Defesa Nacional no meio acadêmico e no setor industrial, bem como a manutenção do marco legal.
- Os quadros da Força devem pautar suas ações pela legalidade e legitimidade, mantendo-se coesos e conscientes das servidões da profissão militar, cujas particularidades tornam os direitos e os deveres do cidadão fardado diferentes daqueles dos demais segmentos da sociedade.

3. CONCEPÇÃO

A par da defesa da Pátria, da garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, o Exército de Caxias continuará comprometido a apoiar a população brasileira, particularmente em situações de emergência. A fim de contribuir para um melhor ambiente para os públicos interno e externo, as seguintes ações devem ser implementadas:

- intensificar as ações que contribuam para a proteção e o fortalecimento da imagem e da reputação do Exército, de forma alinhada, integrada e sincronizada, gerando sinergia nos resultados, evitando-se a desinformação;
- dar continuidade, em parceria com as demais Forças, às medidas que garantam um Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas adequado às necessidades da Família Militar;
- fortalecer as ações voltadas para o bem-estar da Família Militar, a fim de ampliar a coesão e a satisfação do público interno, otimizando o Sistema de Assistência Social;
- aperfeiçoar o Sistema de Saúde do Exército, melhorando as estruturas de saúde existentes;
- aperfeiçoar o Sistema Colégio Militar do Brasil, sobretudo por meio do avanço do processo de seleção de professores, instrutores e monitores;

- f. majorar o número de moradias em guarnições de difícil recompletamento;
- g. acompanhar a tramitação do novo arcabouço fiscal, visando ações oportunas para o atendimento de demandas reprimidas;
- h. buscar a ampliação de recursos orçamentários, por meio de créditos adicionais, emendas parlamentares, convênios com ministérios e outras parcerias de interesse do Exército;
- i. dar continuidade ao trabalho de aperfeiçoamento da gestão ambiental, do desenvolvimento e da difusão de tecnologias que permitam estabelecer um modelo de aproveitamento sustentável das riquezas disponíveis, sobretudo na região amazônica, garantindo maior integração e proteção àquela área;
- j. intensificar o contato com veteranos, pensionistas e ex-alunos dos colégios militares, com vistas a manter a coesão e estimular o convívio da Família Militar;
- k. criar uma associação de amigos do EB, em nível nacional, proporcionando a interlocução com personalidades e autoridades civis;
- l. conferir especial atenção aos seguintes objetivos estratégicos: fortalecimento da imagem e da reputação do Exército; aprimoramento da gestão da dimensão humana; e compatibilização do orçamento com as demandas da Força;
- m. aproveitar oportunidades para implementação de ações estratégicas;
- n. prosseguir no Processo de Racionalização da Força;
- o. capacitar os militares do EB para os desafios atuais e futuros, ampliando a utilização da modalidade de educação a distância na complementação da carga horária dos estabelecimentos de ensino;
- p. enfatizar a Comunicação Estratégica, com vistas a alinhar, integrar e sincronizar o discurso no âmbito do EB; e
- q. identificar outras ações que atendam à intenção do Comandante do Exército.

4. DECISÃO

- A fim de estabelecer um ciclo virtuoso de ações voltadas para o apoio à gestão institucional, determino:
- a. criar o Grupo de Trabalho de Apoio à Gestão Institucional (GTAGI), sob coordenação do Estado-Maior do Exército (EME), que deverá contar com representantes (titular e suplente) do Órgão de Direção Operacional (ODOp) e de cada órgão de direção setorial (ODS) (prioritariamente um oficial-general ou um coronel), bem como do Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex), do Centro de Comunicação Social do Exército e do Centro de Inteligência do Exército, a fim de orientar a implementação das ações e medidas delineadas nesta Diretriz Especial;
 - b. ao EME, adotar, em coordenação com a Secretaria de Economia e Finanças, as ações necessárias, particularmente perante as demais Forças e o Ministério da Defesa, para que sejam apresentadas as demandas visando à recomposição salarial dos militares;
 - c. ao ODOp/ODS/comandos militares de área/órgãos de assistência direta e imediata ao Comandante do Exército, apoiar as ações a serem estabelecidas pelo GTAGI para que a intenção do Comandante seja alcançada;
 - d. à Secretaria-Geral do Exército, a missão de criar a Associação de Amigos do EB, em nível nacional; e
 - e. ao Gab Cmt Ex, participar ativamente das ações previstas na presente Diretriz Especial.

5. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

- a. Os órgãos citados na letra "a" do nº 4 deverão indicar seu representante ao EME no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da publicação desta Diretriz Especial.
- b. Ficam autorizadas as ligações entre os órgãos para obtenção de dados, a fim de potencializar a percepção da consciência situacional.
- c. Esta Diretriz será atualizada por meio de Ordem Fragmentária, quando necessário.

Brasília-DF, 10 de agosto de 2023.

de Rodrigo Jiménez de Rada em Toledo. Participa da conquista da Andaluzia. Escreve uma história da Espanha. Assenta a primeira pedra da catedral gótica. Sancho I de Portugal reforça sua soberania organizando o município de Rebordãos. Grande tempestade marítima em Portugal, com numerosas vítimas. (?) Inimizade surgida entre Sancho I de Portugal e o cavaleiro Pedro Poiares (família de Baião). Graves questões entre Sancho I de Portugal e o bispo do Porto, D. Martinho Rodrigues da Palmeira (tido cavaleiro Pedro Poiares). Casamento do príncipe D. Afonso (filho de Sancho I de Portugal) com Urraca de Castela (filha de Afonso VIII de Castela): o bispo do Porto, Martinho Rodrigues se recusa a assistir a cerimônia, pois os noivos eram parentes.

1209 — Sancho I de Portugal concede foral a Penamacor e Pinhel. Fernando Sanchez, um nobre, doa metade da Vila Franca de Cardosa, em Castelo Branco, aos templários. O rei Sancho I de Portugal protege por carta as confrarias de pedreiros que trabalhavam nas pontes de vários locais do país. Sancho I de Portugal faz testamento (segundo): nomeia juízes pelo cumprimento o arcebispo de Braga, o abade de Alcobaça, o prior de Santa Cruz de Coimbra, o abade de Santo Tirso, o mestre dos templários, o prior do Hospital e seu meio-irmão Pedro Afonso.

1210 — Templários e Hospitalários detêm uma parte do tesouro régio: conflitos (mal conhecidos) no reinado de Sancho I. Sancho I de Portugal toma providências para cessarem os abusos sobre as propriedades dos cidadãos e sobre mouros e judeus do rei. O papa Inocêncio III nomeia juízes apostólicos para averiguarem o procedimento dos cônegos do Porto na revolta da cidade. Sancho I de Portugal liberta o bispo de Coimbra. Sancho I de Portugal faz testamento (terceiro) em Coimbra - os cavaleiros da Ordem de Santiago são designados neste testamento por freires de Palmela, e ocupam novamente as terras ao sul do Tejo. Afonso VIII de Castela faz apelo a franceses, italianos, aragoneses leoneses e navarros para uma grande expedição contra os muçulmanos; obtêm do papa Inocêncio III indulgências a favor. Os reinos de Leão e Portugal não se juntam à cruzada de Afonso VIII de Castela. Partem de Portugal muitos membros das ordens militares.

1211 — Morte de Sancho I de Portugal em Santarém aos 57 anos de idade. O papa Inocêncio III, informado dos preparativos dos marroquinos no sul da Espanha, ordena que em França, Alemanha e Itália se pregasse a cruzada em favor da guerra espanhola. O papa Inocêncio III excomunga 20 burgueses do Porto, considerados os líderes da revolta na cidade. Uma bula papal acusa o chanceler Julião Pais de ocultar cartas apostólicas a respeito das questões de Coimbra (oposição da cidade e da maioria do clero à política de Afonso II de Portugal). O papa Inocêncio III nomeou o arcebispo de Santiago de Compostela juiz apostólico para a questão de Coimbra. (Fevereiro). Em bula papal, Inocêncio III censura a excessiva acumulação de bens fundiários nas mãos do clero português. Cúria de 1211: primeira lei de desamortização, onde se proíbem os mosteiros e ordens religiosas de comprar bens fundiários, exceto para, com seus rendimentos, celebrar ofícios por alma dos reis. Afonso II de Portugal doa aos freires de Évora (Calatrava) o lugar de Avis, com a condição de o povoarem e nele edificarem um castelo.

1211-1216 — Lutas entre Afonso II de Portugal e suas duas irmãs: Gonçalo Mendes de Sousa refugia-se em Leão (era partidário das infantas na questão com o rei Afonso II de Portugal), onde obtêm o governo de Trassara e Estremadura. Os hospitalários protestam junto à cúria romana por terem sido expulsos por Afonso II de Portugal das vilas que a infanta Mafalda lhes concedera. Afonso II de Portugal manda pôr cerco a Montemor-o-Velho e Alenquer, pertencentes, respectivamente às infantas Teresa e Sancha. Pedro Sanches apodera-se de várias povoações em Trás-os-Montes com o auxílio do rei de Leão, de Pedro Fernandes de Castro e de Fernando, filho de D. Teresa e de Afonso IX. Gonçalo Mendes de Sousa auxilia os sitiados de Montemor e derrota as tropas régias, sob o comando do alferes Martim Anes da Riba de Vizela. Os hospitalários são acusados de usurparem e de favorecerem a usurpação de terras da coroa, o que Afonso II de Portugal proibiu.

1211-1223 — Reinado de Afonso II de Portugal. Início de uma vigorosa centralização estatal.

1212 — Vitória de Afonso VIII, o Nobre, de Castela (Castela-Navarra-Aragão) frente aos almôadas na batalha de Las Navas de Tolosa. Fim do poder militar muçulmano na Península. Afonso II de Portugal, não comparecendo, envia tropas. Primeiras menções documentais a tabeliães régios — implantação do nota-

riado (Canedo, Panóias e Santarém). Em Coimbra, acordo de trégua entre Portugal, Leão e Castela (iniciativa de Afonso VIII de Castela). Afonso IX de Leão obrigou-se a restituir a Portugal os castelos que tomou. Cruzada das crianças.

1213 — Batalha de Muret: derrota e morte de Pedro II (8o. rei) de Aragão; fim da expansão ultrapirenaica da coroa aragonesa. O papa Inocêncio III ordena aos juizes eclesiásticos que absolvam Afonso II de Portugal de excomunhão, além da multa de 50.000 cruzados (o rei recorre ao papa e é parcialmente dispensado). Afonso II de Portugal confirma o juízo régio sobre os domínios das infantas. Morte de Muhammad al-Nasir, filho de Yacub al-Mansur: enfraquecimento do império almôada. Morte do 4o. sultão almôada, Mohammed ibn Yacoub.

1213-1276 — Reinado de Jaime I, o Conquistador, de Aragão (filho de Pedro II de Aragão).

1214 — Afonso II de Portugal doa o restante da herdade da Vila Franca de Cardosa, em Castelo Branco (vasta zona da Beira Baixa). O mestre do Templo em Portugal, Pedro Auvito, dá o foral a Castelo Branco. Batalha de Bouvines: a coligação anti-francesa é derrotada pelo rei Felipe Augusto. O infante D. Fernando, agora conde de Flandres, é aprisionado pelo rei francês. Sancho I de Portugal oferece uma cruz de ouro ao mosteiro de Santa Cruz de Alcobça (ano da Encarnação). (Julho) Afonso II de Portugal redige seu primeiro testamento — primeiros documentos redigidos em português. São feitas treze cópias para enviar aos arcebispos de Braga, Santiago e Toledo, aos bispos do Porto, Lisboa, Coimbra, Évora e Viseu, aos mestres do Templo e do Hospital, ao abade de Alcobça e ao prior de Santa Cruz. Em Guimarães, os mais antigos instrumentos tabeliônicos conservados. Morte de Afonso VIII, 2o. rei de Castela.

1214-1217 — Reinado (3o.) de Henrique I de Castela, filho de Afonso VIII de Castela.

1215 — Criação da universidade de Salamanca. São Domingos funda a ordem dominicana. IV Concílio de Latrão: prescrição de insígnia distintiva para os judeus e sarracenos vivendo em terras cristãs. O bispo Sueiro de Lisboa, presente, pede autorização para reter os cruzados que eventualmente passassem nas costas espanholas e levá-los à guerra contra os mouros. Morte de Julião Pais, chanceler português. Sucedeu-lhe Gonçalo Mendes, que conservou o cargo até 1228. Aproximação entre Portugal e Castela, através de proposta de casamento entre Henrique I (que tinha 12 anos de idade), herdeiro de Afonso VIII, e Mafalda, irmã de Afonso II de Portugal — o matrimônio foi cancelado pelo papa. Já é dado o nome de Avis à Ordem de Évora (Calatrava).

1217 — Ocupação de Alcácer do Sal por Afonso II de Portugal. Os cavaleiros de Santiago, templários e hospitalários participam da conquista (segundo Erdmann, a primeira cruzada portuguesa). Alcácer do Sal é entregue aos cavaleiros de Santiago (espatários ou freires de Palmela). Morte de Henrique I, 3o. rei de Castela. Reinado (4o.) e renúncia de Berenguela de Castela, mãe de Fernando III. A coroa passa a Fernando (III), o Santo, filho de Afonso IX de Leão. Afonso II de Portugal passa a ir repetidas vezes a Santarém — talvez com o objetivo de tentar curar sua lepra com médicos experientes na tradição árabe. (Novembro) Elaboração do primeiro registro oficial dos diplomas régios. Doação de Aramenha ao mosteiro de Alcobça: construção do castelo de Marvão.

1218 — Nascem as cortes de Catalunha. Grandes intempéries em Évora, Santarém e Coruche. (Janeiro) Afonso II de Portugal redige seu segundo testamento. (Abril) Afonso II de Portugal, a conselho dos juristas auxiliares do chanceler Gonçalo Mendes, oferece os dízimos dos direitos régios a todas as dioceses do reino e a algumas ordens religiosas. Afonso II de Portugal recorre novamente ao papa após a renovação do processo de excomunhão movida pelo bispo de Lugo. (Maio) Teresa, ex-mulher de Afonso IX de Leão, é julgada na cúria romana, a respeito de seus direitos senhoriais. João Fernandes da Límia, antigo dapífero de Sancho I de Portugal, regressa à corte, após seu casamento com a antiga barregã de Sancho I, Maria Pais, a Ribeirinha. O mestre da Ordem do Templo doou a Pelágio Farpado e a todos os seus descendentes o lugar de Ceiceira, com a condição de ali fundar uma albergaria "para nela servir a Deus, recolhendo e hospedando a todos os passageiros, fossem pobres ou ricos".

1218-1219 — Cruzadas em Castela, com a participação de tropas portuguesas.

1219 — Beatriz de Suábia tenta destronar Fernando III de Leão e Castela. Afonso II de Portugal vai a Santiago de Compostela. Os Sousas voltam à corte portuguesa, juntando-se a Garcia Mendes e a Rodrigo. Desligavam-se, assim, de Afonso IX de Leão. (Março ou abril) Afonso IX de Leão volta a atacar Portugal,

conquistando Chaves. (Junho) Tratado de Baronal: Afonso II de Portugal vai a Santiago de Compostela e faz as pazes com Afonso IX de Leão.

1220 — Cinco franciscanos são martirizados no Marrocos — Em Coimbra será construída uma arca tumular para suas relíquias (no século XIV). Primeiras inquirições gerais em Portugal: inovação muito precoce no contexto da centralização régia europeia. (aprox.) Franciscanos e dominicanos estabelecem seus primeiros conventos na Península. Construção da Torre de Ouro em Sevilha. O papa Honório III concede indulgência aos cavaleiros de Évora. (Dezembro) Bula papal que menciona o chanceler de Portugal, Gonçalo Mendes e o mordomo Pêro Anes da Nóvoa como personagens que conduziam o rei à impiedade. Questões entre Afonso II de Portugal e Estêvão Soares da Silva, arcebispo de Braga: este o excomunga, juntamente com o mordomo-mor e o chanceler. Gil Vasques de Soverosa, mordomo-mor, é o principal executor das medidas tomadas contra o arcebispo de Braga. Depredações de oficiais régios sobre o couto de Ervededo: seu governador, Martim Sanches, bastardo régio português a serviço do rei de Leão, pega em armas com gente de Toronho e Límia e se dirige à Ponte de Lima, onde se encontra Afonso II de Portugal. Mendo Gonçalves de Souza, João Pires da Maia e Gil Vasques de Soverosa defendem o rei e são derrotados. Os portugueses se retiram para Braga e Guimarães e os galegos devastam a região. (Dezembro) O papa Honório III encarrega os bispos de Palença, Astorga e Tui de confirmar a sentença de excomunhão contra Afonso II de Portugal.

1221 — A partir de então, Afonso II de Portugal não voltou a sair de Santarém. Redige em novembro seu segundo testamento. Nascimento de Afonso (X), primogênito de Fernando III de Leão e Castela e Beatriz da Suábia.

1221-1254 — Começa a construção das catedrais de Burgos (lançamento da primeira pedra por Fernando III de Castela e Leão), Toledo (1226) e Leão.

1222 — Consagração do mosteiro de Alcobaça. (Junho) Bula papal que suspende de suas funções clericais os juristas auxiliares do chanceler Gonçalo Mendes por serem considerados instigadores da política de Afonso II (mestre Vicente, deão de Lisboa, mestre Julião, deão de Coimbra e filho de Julião Pais, e mestre Pedro, chantre do Porto). Parte do clero que apóia Afonso II de Portugal é suspensa em bula papal (16.06): o papa Honório III renova a ameaça de expor o reino de Portugal à conquista de outros soberanos e de absolver seus vassallos do juramento de fidelidade. Mestre Vicente, deão de Lisboa, começa a negociar um acordo prévio com a Santa Sé, interrompido com a morte do rei em 1223. O papa Honório III reitera ameaça feita em 1220 de invasão de Portugal por outros reis.

1223 — Morte de Afonso II de Portugal (excomungado). Nos últimos documentos que promulgou já não podia desenhar o sinal de seu punho, devido à lepra. (Junho) Sancho II de Portugal, aos treze anos, faz duas concórdias com suas tias, em Coimbra. As infantas recebem Torres Vedras, Alenquer, Montemor e Esgueira. Estêvão Soares da Silva recebe 6.000 maravedis de indenização (o restante seria calculado posteriormente). (Setembro) Martim Anes, mordomo-mor da corte portuguesa. Morte do 5o. sultão almôada, Abou Yacoub.

1223-1248 — Reinado de Sancho II de Portugal. Fortalecimento dos franciscanos em Portugal: no início do reinado de Sancho II já possuíam conventos em Guimarães, Coimbra, Lisboa e Alenquer, fundando nos anos seguintes outros em Évora, Leiria, Porto, Guarda, Covilhã, Estremoz e Santarém.

1224 — Fim do domínio almôada em al-Andaluz: início dos terceiros reinos de taifas. (Abril) Henrique Mendes de Sousa, mordomo-mor português. Martim Anes de Riba de Vizela, alferes-mor português. (Outubro) Mestre Vicente recebe grandes elogios do papa. (Dezembro) Gonçalo Mendes (irmão de Henrique Mendes), mordomo-mor português. João Fernandes de Límia, alferes-mor português. Fernando III de Leão e Castela inicia uma vigorosa luta contra os muçulmanos. Sancho II de Portugal faz grandes concessões ao bispo de Évora.

1225 — (Junho) João Fernandes de Límia, mordomo-mor português. Morte do 6o. sultão almôada, Abou Malik. Nascimento de Afonso X, o Sábio, de Leão e Castela, filho de Fernando III, o Santo, de Castela.

1226 — O rei da Inglaterra Henrique III (1216-1272) passa 100 autorizações de comércio a mercadores portugueses. Regência de Branca de Castela. O arcebispo de Braga, Estêvão, que antes tomara parte ativa

na conquista de Elvas, obtêm do papa a faculdade de absolver os guerreiros que lutavam contra os mouros. O infante português D. Fernando, conde de Flandres, é libertado do cativo de Filipe Augusto mediante pagamento de pesado resgate oferecido por sua mulher. (Julho) Abril Pires de Lumiares, mordomo-mor português. Martim Anes de Riba de Vizela, alferes-mor português.

1226-1283 — Os cavaleiros teutônicos conquistam a Prússia.

1226-1238 — Sancho II de Portugal, auxiliado pelas ordens militares (Santiago, Calatrava, Hospitalários), conquista o Alentejo.

1227 — Um documento de Lisboa revela que seus juizes são impedidos de resolverem queixas apresentadas pelos pobres. Tomada de Cáceres e Badajoz pelas tropas leonesas (Afonso IX). O legado papal João de Abbeville consagra a Igreja de Santa Cruz de Coimbra. Uma bula acusa Sancho II de Portugal de intervir abusivamente no Porto. Aos 32 anos, Santo Antônio prega em Roma para o papa Gregório IX.

1228 — Concílio de Valladolid: proibição aos judeus de Castela de usar capas semelhantes aos clérigos. O infante português Pedro Sanchez conquista Mérida, a serviço de Afonso IX de Leão, além de repelir Ibn Hud, xeque de Sevilha.

1228-1229 — O legado papal João Halgrin de Abbeville exorta os soberanos da Península a recomeçarem a cruzada. Quinta Cruzada, Frederico II obtêm a restituição de Jerusalém através de negociações.

1229 — Reunião das Cortes em Coimbra. (13/03) Morte da infanta D. Sancha, irmã de D. Mafalda, ambas filhas de Sancho I de Portugal. Feira de Castelo Mendo já diferenciada do mercado local. Início da ocupação cristã das ilhas Baleares (Jaime I, o Conquistador, de Aragão). D. Sancho II de Portugal conquista Elvas (dando-lhe foral) e Juromenha.

1230 — Os conflitos entre Portugal e Leão terminam. (?) Conquista de Badajoz pelos leoneses (Afonso IX). (Setembro) Morte de Afonso IX de Leão: seu sucessor, Fernando III unifica Leão e Castela e faz da cruzada seu principal objetivo.

1231 — Tratado do Sabugal: acordo entre Sancho II de Portugal e Fernando III de Leão e Castela: a cidade de Chaves, tomada em 1219, é restituída a Portugal. Fernando III de Leão e Castela percorre o reino de Leão e Galiza para desencorajar qualquer ato de rebeldia. O legado papal João de Abbeville obtêm do papa Gregório IX violentas bulas contra o rei Sancho II de Portugal. (13/06) Morte de Santo Antônio. (Dezembro) Portugal sofre o interdito papal.

1232 — Canonização de Santo Antônio de Lisboa. Afonso Peres Farinha, prior do Hospital conquista Serpa., Moura (indo aí residir), (?) Arouche e Aracena. Início da dinastia nárvida em Granada, que durará até 1492. Início da construção de Alhambra de Granada. (Março) Com o objetivo de repovoamento, Sancho II de Portugal doa o território chamado Ocrate (Crato) para a Ordem do Hospital. (?) Tomada portuguesa de Beja. O papa Gregório IX proíbe qualquer eclesiástico de excomungar Sancho II de Portugal enquanto permanecesse em combate contra os sarracenos. Morte do legado papal e bispo João de Abbeville. Início de disputas violentas pelo cargo de bispo. (01/06) Bula Cum dicat dominus — canonização de Santo Antônio.

1233 — (Junho) O papa Gregório IX encarrega o franciscano frei Tiago de absolver Sancho II de Portugal de excomunhão por violência contra clérigos enquanto estivesse em expedição militar. As tropas castelhanas conquistam Úbeda. O bispo Martinho Rodrigues obtêm em Roma várias bulas que acusavam Sancho II de Portugal de não respeitar a jurisdição temporal do bispo sobre a cidade do Porto.

1234 — A Ordem de Santiago conquista Aljustrel (Paio Peres Correia). Navarra cai em órbita política da França. O papa Gregório IX induz Sancho II de Portugal a participar da Cruzada à Terra Santa. Em outubro, concede as indulgências de cruzada a quem ajudasse Sancho II de Portugal na guerra contra os mouros e na ocupação das cidades por ele adquiridas. Sancho II de Portugal consegue, junto ao papa, indulgências para seu exército. (?) Revolta de Álvaro Pires de Castro contra Fernando III de Castela e Leão. (Fevereiro a Agosto) Uma série de bulas dão a entender que vários párocos do Porto se recusavam a pagar certos direitos exigidos pelo bispo. Morte de Sancho VI, o Forte, 11o. rei de Navarra.

1234-1238 — Sancho II de Portugal, auxiliado pelas ordens militares (Santiago, Calatrava, Hospitalários) conquista o Algarve oriental.

1235 — Fernando III de Castela e Leão conquista Córdoba. (Setembro) O novo bispo do Porto, Pedro Salvadores, obtêm do papa Gregório IX a faculdade de absolver da excomunhão os oficiais régios que vexavam a sua diocese. Os cavaleiros da Ordem de Santiago (espatários ou freires de Palmela) recebem de Sancho II de Portugal a terra de Aljustrel, que ajudaram a conquistar.

1236 — Os castelhanos (Fernando III de Castela e Leão) reconquistam Córdoba. O infante D. Pedro, já alheio à sua pátria, vai ao Oriente lutar contra os muçulmanos. As tropas castelhanas conquistam Córdoba. Mestre Vicente de Lisboa entrega o cargo de chanceler do reino a Durando Froilaz, dedicando-se ao governo da diocese de Braga. Os cavaleiros da Ordem de Santiago (espatários ou freires de Palmela) recebem de Sancho II de Portugal a terra de Sesimbra, que ajudaram a conquistar.

1237 — Jaime I, o Conquistador, de Aragão, toma Valência. Capítulo Geral dos dominicanos em Burgos. Tibúrcio (bispo de Coimbra) e Vicente (diocese da Guarda) vão a Roma tratar dos limites de suas dioceses. 1237-1238 — Começa a construção do Alhambra de Granada.

1238 — Conquista portuguesa de Mértola por Paio Peres Correia e a Ordem de Santiago — passo decisivo para o domínio definitivo do Alentejo e do Algarve por Sancho II de Portugal. Conquista portuguesa de Alfajar de Pena. Criação do reino nazarí de Granada. Casamento de Afonso (irmão de Sancho II de Portugal) com Matilde, condessa de Bologne-sur-Mer. Tomada de Valência por Jaime I, o Conquistador, de Aragão. (Maio) Acordo entre Sancho II de Portugal e o bispo do Porto e o arcebispo de Braga. Morte do 7o. sultão almôada, Mamoun.

1239 — A Ordem de Santiago recebe de Sancho II de Portugal Alfajar de Pena e Mértola (para onde passou o convento da Ordem, até 1284), que ajudaram a conquistar. O papa Gregório IX concede 12 bulas ao infante Fernando de Serpa (irmão mais novo de Sancho II de Portugal) para suas expedições cruzadas. (?) Mécia Lopes de Haro enviuvada de Álvaro Pires de Castro, ex-revoltoso de Fernando III de Castela e Leão; casa-se com Sancho II de Portugal.

1241 — (Fevereiro) Sancho II de Portugal consegue novamente, junto ao papa, indulgências para seu exército. (?) A Ordem de Santiago conquista Paderne (Paio Peres Correia). Paio Peres Correia, prior da Ordem de Santiago em Castela. Papado de Celestino IV, milanês.

1241-1242 — Revolta de Diogo Lopes de Haro, irmão de Mécia Lopes de Haro (esposa do rei Sancho II de Portugal), contra Fernando III de Castela e Leão.

1242 — (17.06) Em Paris, primeira destruição oficial da literatura rabínica (talmude) pela Igreja católica. (Julho) O infante português (conde) Afonso de Bolonha participa da batalha de Saintes, como vassalo de Luís IX de França, contra Henrique III de Inglaterra. Torna-se seu protegido.

1242-1246 — Castela toma Múrcia, Arjona e Jaén.

1243 — Sancho II de Portugal ataca os bispos de Braga, Coimbra e Porto que conseguem com o papa Inocêncio IV sua deposição em 1245. O reino de Múrcia rende-se pacificamente ao infante D. Afonso de Castela (futuro rei Afonso X) — auxiliado pela Ordem de Santiago (Paio Peres Correia). O infante Fernando de Serpa (irmão mais novo de Sancho II) volta a Portugal como governador da Beira Oriental. O infante português Afonso de Bolonha faz a peregrinação a Santiago de Compostela.

1244 — (09.01) A Ordem de Santiago conquista Tavira. Tratado de Almizra entre Jaime I, o Conquistador, de Aragão e Afonso, futuro rei de Portugal. D. Afonso de Castela (futuro Afonso X) conquista Lorca e Mula com o auxílio da Ordem de Santiago (Paio Peres Correia). É nomeado bispo o galego Aires Vasques, dando fim às disputas do cargo desde a morte de João de Abbeville (1232). O infante português Afonso de Bolonha retorna de Santiago de Compostela e se encontra com Luís IX de França e sua mãe Branca de Castela em Limoges.

1245 — Afonso, conde de Bolonha e irmão de Sancho II de Portugal, recebe do papa Inocêncio IV convite para uma cruzada. (04.02) O papa Inocêncio IV manda Sancho II de Portugal separar-se de Mécia Lopes de Haro, por ter se casado sem dispensa de consagüinidade (a acusação partiu de Afonso de Bolonha). (Março) Bula Inter alia desiderabilia dirigida aos barões, concelhos, bispos e clero (franciscanos e dominicanos) e principalmente às ordens militares: responsabiliza Sancho II de Portugal pela situação do reino (lutas entre a nobreza e contra os bispos). Fim da reconquista aragonesa. (Junho) 1o. Concílio de Lião: os bispos portugueses são convocados para prestar contas do reinado de Sancho II de Portugal, considerado

visão deles, a Liga iria contribuir decisivamente para fortalecer o sentimento da nacionalidade brasileira, para incutir na sociedade o compromisso de bem servir à Pátria e para gerar em cada cidadão o orgulho de ser brasileiro. Ao longo destes mais de cem anos, sucessivas gerações de compatriotas cumpriram os propósitos daqueles brasileiros ilustres e, para bem executar as tarefas, entre outras ações, criaram a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria, evento do qual presenciamos a etapa final aqui em frente à Prefeitura da Capital. Solenidades semelhantes a esta ocorreram em cerca de 300 municípios gaúchos durante esta semana, conduzidos pelos Trilheiros da Pátria, equipes da Liga como a que recebemos neste momento e que realizaram a Corrida pelo interior do Estado. A História da Corrida do FSP registra que, em 1936, dirigentes dos clubes esportivos de Porto Alegre assistiram a abertura dos Jogos Olímpicos de Berlim e ficaram bem impressionados com a suntuosidade e simbolismo da corrida de revezamento da Chama Olímpica na abertura daqueles Jogos. Ao retornarem ao Brasil, idealizaram um evento semelhante que motivasse os brasileiros para o civismo e para o patriotismo. Um desses dirigentes, o então Major do Exército Darci Vignolli, era Presidente do GNU e também integrante da direção da Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul; ele propôs para os demais compatriotas que a Liga organizasse o evento. Assim nasceu a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria. Em sua primeira edição, em 1938, a Corrida fez o percurso de Viamão a Porto Alegre e em pouco tempo o evento cívico ganhou destaque nacional; em sucessivas edições, extrapolou as fronteiras do Estado e do Brasil. Ao longo do tempo, ela teve início em São Paulo, no RJ, em Washington, no Vaticano, em Pistóia, na Itália, no cemitério que guardava os restos mortais dos Veteranos da FEB. Como já referi, a maratona cívica marca o início das comemorações da Proclamação da Independência do Brasil. Assim, no dia 01 de setembro próximo, uma centelha será conduzida desta Pira para a Redenção, onde haverá a Abertura da Semana da Pátria de 2023 que dará continuidade às comemorações dos 201 anos de Independência do Brasil. A Semana da Pátria tem a programação de vários eventos em Porto Alegre: a solenidade de Abertura Oficial no dia 01 de setembro, a Guarda da Pira da Pátria, sessões solenes em órgãos públicos, cultos religiosos em ação de graças, solenidades cívicas em vários locais, inclusive na rede escolar, sessões literárias e artísticas e também o Desfile da Independência, na Av. Beira Rio, na região da bela Orla 3 do Guaíba. O Desfile contemplará as dimensões terrestre, aérea e náutica, caracterizando a magnitude do evento histórico. E, antes do Encerramento da Semana da Pátria, que se dará com a extinção do Fogo Simbólico, um evento emblemático: será realizada a entrega de uma centelha para o Acampamento Farroupilha de Porto Alegre e outra para o MTG, cerimônia que dará início à Semana Farroupilha no RS, repetindo gesto de Paixão Cortes que, em 1947, retirou da Chama da Pátria, pela primeira vez, uma centelha para dar início à Ronda Crioula, origem da Chama Crioula. Senhoras e Senhores. A Liga, ao realizar a 86ª edição da Corrida do Fogo Simbólico da Pátria no Rio Grande do Sul, além de cumprir os propósitos dos seus idealizadores, tem a esperança de estimular nos brasileiros, nos filhos da terra, a vontade de comemorar a Independência do Brasil, expressando o civismo sereno e o patriotismo atávico, forças anímicas que ornaram nossa gente, forças tão necessárias para que o Brasil avance o seu Projeto de Nação, independente e soberana, conquistas que aqueles que a conceberam, organizaram e fizeram crescer deixaram como legado de uma civilização, mesmo, por vezes, a custo do próprio sangue e de suas vidas. Como exemplo dos brasileiros que ergueram esta imensa Nação pode-se destacar, desde de os heróis de Guaraúpes, passando pelo Patriarca José Bonifácio, reverenciando a espada invencível do Duque de Caxias, cuja data natalícia se comemora hoje, destacando a ação diplomática do Barão de Rio Branco, prestando homenagem aos integrantes da histórica FEB e aos valentes do Araguaia, pode-se aquilatar a imensa galeria de brasileiros que lutaram por nossa Pátria. Porém, os caminhos da História lançam desafios aos povos. O Brasil passa nesta quadra por cenários políticos e econômicos conturbados, que colocam à prova os seus valores e os princípios da nossa civilização. Para enfrentar esses desafios, não resta outro caminho do que a promessa de cada cidadão desta Pátria em firmar o compromisso de honra com os antepassados, aqueles que nos passaram esse legado, e com as gerações sucessoras, de manter esses valores intocados, mesmo que custe a vida e a fortuna das gerações atuais. E, em especial neste ano, neste Dia Sete de Setembro, todos os brasileiros patriotas deverão expressar esse compromisso. Para além dos eventos oficiais, devem ir para as ruas da Pátria vestidos com as cores da nossa Bandeira para dizer em alto e bom tom, e também mostrar aos olhos do mundo, que esta terra tem dono e que estes donos não entregarão

